

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167239 - RS (2019/0213018-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**

**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL  
ELETROCEEE**

**ADVOGADOS : VILMA LIMA RIBEIRO - RS009406  
DANIELA CAMEJO MORRONE - RS042576  
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277  
PATRÍCIA PADILHA DA SILVA - RS090177**

**AGRAVADO : GETULIO PADILHA DOS SANTOS**

**ADVOGADO : ÉDER CARVALHO SANTANA - RS070066**

**SUSCITANTE : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE SANTA  
MARIA - RS**

**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE SANTA  
MARIA - RS**

**INTERES. : RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**

**ADVOGADOS : MARCELO VIEIRA PAPALEO - RS062546  
TAIS LOPES FURTADO DO AMARAL - RS062298  
GABRIELA PADILHA ACCURSO - RS082982**

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO. CONFLITO NEGATIVO. JUÍZOS CÍVEL E DO TRABALHO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONVERSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMPLEMENTAR PROVISÓRIO EM DEFINITIVO. ANTERIOR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE TERIA DISPOSTO SOBRE O DIREITO. PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1. A definição da competência depende da análise da relação jurídica descrita no pedido e na causa de pedir, que não pode ser alterada pelo Poder Judiciário, ainda que possa não corresponder à realidade dos fatos a serem apurados na tramitação da causa.
2. O relato da inicial informa o ajuizamento de anterior reclamação trabalhista na qual ficou estabelecida a procedência da pretensão.
3. A jurisprudência mais moderna do Supremo Tribunal Federal fixa a competência da Justiça comum para o processamento e o julgamento de litígios instaurados, cujo objetivo é o incremento da renda após a extinção do contrato de trabalho, independentemente de no polo passivo constar o ex-empregador.
4. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Segunda Seção do STJ.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 31 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Maria Isabel Gallotti  
Relatora